

13. ACORDO COLABORAÇÃO – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A. E MUNICÍPIO DE BRAGA – NÓ DE INFIAS:

Submete-se á consideração do Executivo o acordo colaboração a celebrar entre Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Braga, acordo esse que se anexa.

ACORDO DE COLABORAÇÃO

Considerando que:

1. O Nó de Infias constitui o principal ponto de congestionamento de trânsito da cidade de Braga por via da afluência de muitas vias estruturantes de ligação inter-regional e nacional com evidentes reflexos negativos no trânsito local. Esta situação é gerada, sobretudo, pela sua localização numa das principais “portas” da cidade que, por sua vez, canaliza para o centro urbano os veículos provenientes dos concelhos contíguos com relação mais forte com Braga, devido aos movimentos pendulares registados.
2. Pela análise dos registos de tráfego existentes para o local, verifica-se que os volumes de tráfego gerados nas vias que estão sob a jurisdição da IP, SA. não são compatíveis com a capacidade de escoamento do nó viário em apreço, o que cria situações de saturação das vias locais, com evidentes constrangimentos para a adequada circulação e vivência urbana na sua envolvente.
3. De acordo com o “Estudo de Mobilidade e Gestão de Tráfego- Fase I - Caracterização e diagnóstico” (2018), desenvolvido pela mpt – mobilidade e planeamento do território, Lda, que constitui a base para o desenvolvimento do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável - PMUS de Braga, verifica-se que a maioria das viagens intraconcelhias, não interferem com o Nó de Infias, pelo que, se poderá concluir que a maioria do fluxo de tráfego aí registado se deve aos movimentos interconcelhios.
4. O Nó de Infias intersesta a EN101 com a EN14 e permite:
 - a) Através de um primeiro Nó, do tipo rotunda desnivelada, a realização de todos os movimentos direcionais entre a EN101 e a Avenida António Macedo e, ainda, o acesso direto ao centro da cidade de Braga, através do Largo de Infias;
 - b) Através de um segundo Nó, do tipo desnivelado com rampas de acesso, o acesso ao Lugar de Cabanas.
5. O Nó de Infias é um ponto da rede viária onde ocorrem problemas de tráfego decorrentes da existência de atrasos e congestionamentos, que resultam, sobretudo, da confluência de diversas vias que provêm dos concelhos limítrofes;
6. Na sua envolvente, além de ser uma área com forte predomínio da função residencial, integram-se também outras funções como a comercial, de serviços e lazer;
7. A convergência naquele local de dois eixos fundamentais caracterizados pelo acesso ao Centro da Cidade e ao Hospital de Braga, e o facto de na envolvente do Nó de Infias estarem localizados dois importantes estabelecimentos de ensino – o Colégio D. Diogo de

- Sousa e a Escola Secundária Sá de Miranda – são potenciadores do aumento do volume de tráfego;
8. O Município de Braga demonstrou interesse em lançar um projeto de execução para a requalificação e beneficiação do Nó de Infias, que enquadre a otimização de desempenho e segurança deste nó, na estratégia de mobilidade para a cidade e para a área de influência deste acesso rodoviário;
 9. A melhoria da circulação e segurança rodoviária, no sentido de contribuir para o aumento das condições de segurança e conforto de circulação rodoviária dos seus utilizadores, é um dos principais objetivos da Infraestruturas de Portugal S.A., enquanto gestora das infraestruturas rodoviárias;

E tendo a minuta do presente acordo sido aprovada pelo Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, SA em reunião de ____ de _____ de 201_, e pela Câmara Municipal de Braga em reunião de ____ de _____ de 201_.

É celebrado entre:

A **Infraestruturas de Portugal, S.A.**, com sede na Praça da Portagem, 2809-013 Almada, pessoa coletiva n.º 503 933 813, representada neste ato pelo _____, na qualidade de _____ do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, nos termos da deliberação do Conselho de Administração Executivo de ____ de ____ de 201_, daqui em diante designada por **IP**;

E

O **Município de Braga**, com sede na Praça do Município, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 680 010 610, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Rio, doravante designado por **MB**.

O presente acordo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente acordo tem por objeto a identificação das responsabilidades da **IP** e do **MB** no desenvolvimento do projeto de execução para a requalificação e beneficiação do Nó de Infias, de acordo com o esboço corográfico que constitui o Anexo I ao presente acordo e que dele faz parte integrante.

Cláusula 2.^a

Aprovação do Caderno de Encargos e Programa de Concurso

1. A elaboração do programa preliminar, o Caderno de Encargos e o Programa de Concurso do procedimento destinado a adjudicar o projeto de execução, referido na cláusula 1.^a, será elaborado pela **IP** com o acompanhamento do **MB**.
2. O Caderno de Encargos e o Programa de Concurso do procedimento destinado a adjudicar o projeto de execução referido na cláusula 1.^a, será vinculativamente aprovado por ambas as partes.

Cláusula 3.^a

Lançamento do Concurso do Projeto

1. O **MB** promoverá o lançamento do respetivo procedimento de concurso do projeto, após a aprovação do Caderno de Encargos e Programa de Concurso previstos na cláusula 2.^a.
2. A **IP** colaborará na fase de esclarecimentos e avaliação das propostas apresentadas a concurso.
3. O **MB** adjudicará à proposta que for vencedora do concurso em conformidade com os critérios estabelecidos no caderno de encargos.

Cláusula 4.^a

Projeto

O adjudicatário deverá elaborar o projeto de execução em conformidade com o programa base/caderno de encargos, no prazo estabelecido nas condições do respetivo concurso, com acompanhamento do **MB** e da **IP**.

Cláusula 5.^a

Aprovação do Projeto

O projeto de execução a que se refere a cláusula anterior é objeto de aprovação pelo **MB** e pela **IP**, que emite um parecer obrigatório e vinculativo no prazo de 20 (vinte) dias contados da data do seu envio.

Cláusula 6.^a

Comparticipação financeira da IP

1. Nos termos do presente acordo, a **IP** participa na proporção de 50% do projeto de execução referido na cláusula 4.^a, no valor estimado de € 100.000,00, ao qual acresce o IVA legal em vigor.
2. Para efeitos do cumprimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, e do disposto no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, o compromisso associado ao encargo financeiro assumido pela **IP**, será atribuído de acordo com os procedimentos instituídos na **IP** e comunicado com a assinatura do presente Acordo.
3. O número do compromisso associado ao encargo financeiro assumido pela **IP** é o _____, o qual deve constar de toda a faturação relativa ao presente acordo.

Cláusula 7.^a

Condições de Pagamento

1. A contribuição da **IP** será paga no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção das correspondentes faturas a emitir pelo **MB**, mediante aprovação das mesmas pela **IP**.
2. Apenas são elegíveis para participação financeira da **IP** as despesas documentadas em faturas que derem entrada nos serviços da **IP** no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados desde a data em que o projetista faturou o **MB**.
3. A entrada de uma fatura nos serviços da **IP**, após o decurso do prazo referido no número anterior, faz caducar o direito ao recebimento da respetiva participação financeira.

Cláusula 8.^a

Incumprimento

1. O incumprimento das obrigações de qualquer das partes confere, à parte não faltosa, o direito de exigir o cumprimento ou reparação dos danos sofridos, em prazo razoável e adequado às circunstâncias e, se aquela o não fizer no prazo fixado, esta poderá rescindir o presente acordo, sem prejuízo do direito às indemnizações a que houver lugar, nos termos gerais do direito.

2. No caso de transmissão de qualquer facto que possa configurar cumprimento defeituoso ou incumprimento de obrigação, deverá o mesmo, ser comunicado por carta registada com aviso de receção, para os endereços postais indicados no presente acordo.
3. Em caso de resolução, a respetiva intenção deverá ser comunicada por carta registada com aviso de receção, para os endereços postais indicados no presente acordo.

Cláusula 9.^a

Correspondência

A correspondência a dirigir entre as partes, no âmbito da execução do presente acordo, é efetuada por carta registada com aviso de receção para os respetivos endereços:

- a. A correspondência que o **MB** remete à **IP** deve ser efetuada para:
Infraestruturas de Portugal, S.A.
Direção de Serviços da Rede e Parcerias
Praça da Portagem,
2809-013 Almada
- b. A correspondência que a **IP** ou seus representantes dirigirem ao **MB** deve ser efetuada para:
Câmara Municipal de Braga
Praça do Município
4700-435 Braga

Cláusula 10.^a

Dever de colaboração

1. O **MB** e a **IP** obrigam-se reciprocamente a colaborar, no âmbito do presente acordo, em especial no que se refere ao seguinte:
 - a) Cumprimento de obrigações legais;
 - b) Formalização de situações constituídas;
 - c) Prestação de informação;
 - d) Fornecimento de documentos;
 - e) Defesa dos interesses das partes perante terceiros;
 - f) Cumprimento das obrigações estabelecidas no presente acordo.
2. O dever de colaboração mantém-se para além do prazo de vigência do acordo.

Cláusula 11.^a

Vigência

1 - O presente acordo vigora desde a data da sua assinatura e termina quando cessarem as obrigações de comparticipação financeira por parte da IP, tendo como limite máximo de vigência o dia 31-12-2022.

2 – Por acordo das partes o prazo de vigência do acordo poderá ser prorrogado até ao limite máximo de dois anos.

Cláusula 12.^a

Contagem dos prazos

Para efeitos de contagem dos prazos estabelecidos no presente acordo, são aplicáveis as seguintes regras:

- a. Não se inclui na contagem do prazo, o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
- b. Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c. O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;
- d. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 13.^a

Foro

Os litígios que possam surgir em matéria de aplicação, interpretação ou integração das regras estabelecidas no presente Acordo de Colaboração e que não possam ser resolvidos por acordo entre as partes, serão dirimidos com recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Almada, em ____ de _____ de 2019

Infraestruturas de Portugal, S.A.

Câmara Municipal de Braga

Ricardo Rio

(Presidente)